

TRILHAS SERRANAS DA CIDADE DE BARREIRAS (BAHIA, BRASIL): INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO PEDAGÓGICO¹

Paulo Roberto Baqueiro Brandão
Universidade Federal da Bahia (Brasil)
paulobaq@ufba.br

RESUMO

A cidade de Barreiras, principal núcleo urbano da região oeste da Bahia (Brasil), com cerca de 120.000 habitantes, está localizada no vale do Rio Grande (maior afluente do Rio São Francisco), entre as serras do Mimo e da Bandeira. Em função das limitações impostas pelas ditas elevações, associadas ao crescimento acelerado do tecido urbano barreirense nos últimos 25 anos, graças os fluxos migratórios inter e intraestaduais fortemente influenciados pelo processo de modernização agrícola vinculado à produção de soja, algodão, café e milho para o mercado internacional, a ocupação e uso das vertentes serranas tem se intensificado em ambas as formações rochosas, seja por meio de construções clandestinas – edificadas por populações das mais distintas classes sociais – ou mesmo com a anuência do poder público municipal, gerando uma série de implicações de ordem socioambiental nesses trechos de relevo, o que revela a necessidade premente de intervenções que possam mitigar e/ou evitar os efeitos do crescimento da cidade sobre as frágeis encostas. Entre as soluções possíveis para as implicações geradas pela intensificação do uso do solo nas vertentes das serras estão as atividades de Educação Ambiental e Turismo Pedagógico, executadas através da implantação de trilhas interpretativas da natureza nos seus trechos mais preservados, permitindo a criação de espaços públicos voltados à visitação e turismo de baixo impacto. Para tanto, está sendo desenvolvido, como primeira etapa do Projeto *Trilhas Serranas da Cidade de Barreiras - Bahia*, efetivado no âmbito do Projeto Permanecer, da Universidade Federal da Bahia (Brasil), uma proposta metodológica para implantação de trilhas interpretativas em vertentes serranas e cujo projeto-piloto tem como objeto de estudo a Trilha das Três Torres, localizada na serra da Bandeira, no perímetro urbano da cidade de Barreiras, ao norte desta urbe. Este caminho fora aberto no primeiro meado do século XX com as dimensões de uma estrada não pavimentada com a intenção de realizar o transporte motorizado de material voltado à construção do aeroporto local e que fora abandonado anos mais tarde, foi escolhido por (a) estar nas cercanias de uma localidade – o *Loteamento Santo Antonio* – formada a partir da construção de habitações sociais, onde há consideráveis implicações socioambientais, como a deposição inadequada de lixo próximo às áreas florestais, degradação de fauna e flora pela prática de queimadas para abertura de espaços para a agricultura de subsistência e, por fim, pela retirada de madeira para usos domésticos; (b) pela beleza cênica da paisagem, caracterizada pela presença de formações que dão à trilha a típica feição do domínio de natureza do Cerrado (a savana brasileira), além de reunir atributos para a prática do turismo de caráter socioeducativo em ambientes naturais, assim como para os esportes de aventura, principalmente o *down hill*, *rappel* e escalada. Assim, a comunicação ora apresentada tem como objetivo primordial refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma proposta metodológica para a transformação do caminho estudado em uma trilha interpretativa da natureza e utilizá-lo em atividades

¹ Eixo temático 1: Educação e ensino da Geografia.

Eixo temático 2: Processos da interação sociedade-natureza.

de Educação Ambiental e Turismo Pedagógico, tornando-o um modelo a ser empregado em outras trilhas da cidade de Barreiras.

Palavras-chaves: *Trilhas Interpretativas da Natureza, Educação Ambiental, Turismo Pedagógico, Cidade de Barreiras (Brasil)*

INTRODUÇÃO

Nos últimos 25 anos, a cidade de Barreiras teve o seu tecido urbano ampliado consideravelmente graças ao processo de modernização agrícola, que introduziu no Oeste da Bahia a produção de grãos voltada ao mercado internacional, promovendo dois fenômenos como consequência direta: a atração de novos habitantes, ávidos pelos postos de trabalho daí advindos e a expansão imobiliária como resposta a uma crescente demanda por moradia de uma classe média que ascendeu de entre os beneficiários da cultura da soja.

A população urbana do município, que na década de 1970 formava um contingente de cerca de 9.760 pessoas, passou a números que giram em torno de 115.780 habitantes (BRASIL, 1970; 2000), resultando em um crescimento de 1.086% em um período de trinta anos.

Se até a década de 1970, não havia acréscimos significativos de espaços ocupados para além do sítio urbano, assentado sobre uma planície aluvial, a partir dos anos de 1980, pelos motivos apresentados alhures, tal configuração sofreu transformações consideráveis, com agregação de novos ecúmenos, incluindo as vertentes das serras do Mimo e da Bandeira, duas formações de relevo que compõem o quadro geomorfológico do município de Barreiras.

A intensificação recente da ocupação urbana em ambas as serras, seja por meio de construções clandestinas ou mesmo com a anuência do poder público municipal, tem gerado uma série de implicações de ordem socioambiental nesses trechos de relevo, denotando a necessidade premente de intervenções que possam mitigar e/ou evitar os efeitos do crescimento da cidade sobre as frágeis encostas, caracterizadas pela ocorrência de formações típicas do domínio de natureza do Cerrado (AB'SABER, 2003), apresentando, inclusive, algumas manchas ainda preservadas, cortadas por diversas trilhas abertas em diferentes períodos da história da cidade e com funções igualmente distintas.

Esses caminhos abertos nas vertentes das serras do Mimo e da Bandeira e cujos percursos, via de regra, levam da base às áreas mais elevadas dessas formações de relevo, assumem um papel fundamental na consolidação de propostas de preservação das encostas, já que são vias de acesso que sofrem ações de degradação pelo uso do solo que ali se intensifica, além de possuírem inestimável acervo de formações típicas do Cerrado, representando o principal remanescente de áreas verdes do perímetro urbano de Barreiras.

Nesse sentido, a transformação dessas trilhas em um instrumento que incite a reflexão crítica acerca dos (des)caminhos do crescimento urbano de Barreiras, enfatizando a análise das implicações socioambientais decorrentes desse processo, é vista como uma das soluções para os problemas verificados, ao mesmo tempo em que exige um esforço no sentido de dotá-las de condições necessárias à sua plena utilização em atividades de cunho socioeducativo.

O trabalho ora apresentado visa, a partir do estudo de caso da Trilha das Três Torres, localizada na serra da Bandeira, no município de Barreiras (Bahia, Brasil), refletir sobre o desenvolvimento de uma proposta metodológica que permita a

transformação desse caminho em uma trilha interpretativa da natureza, a ser utilizada em atividades de Educação Ambiental e Turismo Pedagógico, tomando-a ainda como um modelo a ser replicado nas demais trilhas da cidade.

TRILHAS E PERCURSOS PARA REFLETIR SOBRE CIDADE, NATUREZA E SOCIEDADE

A análise a que se propõe este trabalho toma como base os aportes conceituais e metodológicos que se dedicam ao exame das trilhas interpretativas da natureza como instrumento para a realização de atividades socioeducativas, tendo como eixo articulador desta reflexão a relação cidade, natureza e sociedade. Por outro lado, para efeito desta pesquisa, são consideradas como atividades socioeducativas as ações de Educação Ambiental e Turismo Pedagógico, por serem formas de aprendizado cujo caráter é eminentemente coletivo.

Pensar a cidade e a necessidade de intervenções de caráter socioambiental nos seus espaços intraurbanos requer uma compreensão sobre as formas como a sociedade – incluindo-se aí os agentes políticos e econômicos – se relaciona com a natureza, estabelecendo as condições para que se tenha conhecimento acerca das possibilidades e limites de tais ações.

Nesse sentido, a compreensão das formas de produção social do espaço e os seus rebatimentos sobre os sistemas naturais que ocorrem nos centros urbanos devem estar amparados no reconhecimento das complexidades inerentes às novas dinâmicas urbano-regionais nas quais a cidade se insere, o que, no caso de Barreiras, estão ligadas ao processo de modernização agrícola, que transformou o Oeste da Bahia em uma das principais regiões produtoras de grãos do Brasil, com conseqüências diretas sobre a realidade sociodemográfica, o uso do solo urbano e a natureza da principal cidade do “Além São Francisco”.

As novas dinâmicas sociodemográficas resultantes da transformação de Barreiras em uma típica cidade do agronegócio (ELIAS, 2006) geraram uma nova urbanidade, caracterizada pela ampliação dos espaços ocupados até as vertentes das serras do Mimo e da Bandeira, e pela intensificação dos impactos socioambientais nesses novos ecúmenos, graças à demanda por moradia, que teve nos imigrantes em busca de postos de trabalho os seus principais protagonistas, e à especulação imobiliária, fomentada pelas classes sociais beneficiárias da produção agrícola do Oeste Baiano, que, neste caso, também agregam um contingente considerável de imigrantes, sendo estes, na sua maioria, oriundos do Sul do Brasil. Os primeiros, por outro lado, são, em sua quase totalidade, originários de outros municípios do próprio estado da Bahia.

A ocupação nas vertentes das serras ou nas áreas próximas se deu em consonância, portanto, com a formação de novos espaços urbanos fragmentados, embora as repercussões sobre o meio ambiente tenham sido praticamente as mesmas, independente do padrão de moradia: degradação das formações típicas do Cerrado tanto nas novas ocupações das classes mais abastadas quanto naquelas destinadas os grupos pauperizados.

Desta forma, um dos aspectos fundamentais para a implantação da proposta ora apresentada é o conhecimento da dinâmica sociodemográfica e das repercussões socioambientais desse processo no Loteamento Santo Antonio, uma localidade assentada a partir da construção de habitações sociais na base da serra da Bandeira – onde está localizada a Trilha das Três Torres, objeto deste estudo metodológico – e que compõe parte do perímetro urbano de Barreiras.

Trilhas interpretativas da natureza em um contexto socioeducativo

As trilhas são caminhos cuja função primordial, ao longo do tempo, é permitir que fluxos diversos se estabeleçam. Mais recentemente, porém, funções turísticas, educacionais e/ou instrucionais lhes são atribuídas, principalmente quando a essas vias rústicas são agregados meios que levem os usuários à apreciação dos seus elementos constituintes, interpretando-os de modo a valorizá-los, seja pela sua beleza cênica ou mesmo por veicularem alguma forma de aprendizado.

Para Salvati, em citação de Gama (2007, p. 8):

A trilha é o caminho existente ou estabelecido, com diferentes formas, comprimentos e larguras, que possui o objetivo de aproximar o visitante ao ambiente natural ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando o seu entretenimento ou educação através de sinalização ou de recursos interpretativos.

A concepção da autora permite perceber a mudança de função das trilhas, ao passo que denota a possibilidade/necessidade de agregar elementos, tais como sinalizações e recursos interpretativos, com vistas à otimização dos usos voltados ao entretenimento – aproximando-as de uma função turística – ou educação.

Segundo Azevedo (2002, p. 168), existem “vínculos estreitos entre turismo e educação ambiental”, o que é um fato. Se, por um lado, como afirma a própria autora, a atividade turística se constitui em um processo essencialmente pedagógico, no qual a aprendizagem, nos seus mais diversos aspectos, se faz possível através da percepção, do intercâmbio de informações e da realização de práticas sociais, por outra parte, tais ações, quando voltadas especificamente ao desenvolvimento de saberes socioambientais, transformam o turismo em um instrumento eficaz de Educação Ambiental.

Um aspecto importante de ser mencionado – principalmente por reforçar os argumentos para a análise acima – é o fato de existirem, na atualidade, intensos debates sobre a Educação Ambiental como instrumento para a consolidação de modalidades responsáveis de turismo, seja do ponto de vista das comunidades receptoras, ou mesmo sob o foco do visitante.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em citação de Dias (1999, pp. 54-55), define a Educação Ambiental como “um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental”, ao passo que o chamado Turismo Pedagógico, segundo Andriolo e Faustino (2000, p. 165), “seria o que serve às escolas em suas atividades educativas que envolvam viagens”. Ambos os conceitos apresentam convergências significativas, já que envolvem processos socioeducativos, atividades de aprendizagem em ambientes exteriores à escola e geram enriquecimento no conteúdo pedagógico praticado em sala de aula.

A interpretação ambiental, modalidade socioeducativa à qual este projeto se alia, permite, por sua vez, o acréscimo de valor à experiência do visitante/turista (MURTA e GOODEY, 2002), na medida em que este adquire conhecimento e compreende significados acerca do ambiente visitado de forma amena, pertinente e organizada, como observa (HAM, 1992).

Por outro lado, cabe salientar que, sendo a atividade turística um fenômeno que, para o bem e para o mal, gera consideráveis implicações de ordem socioespacial nas comunidades receptoras, é preciso encarar as ações de Educação Ambiental ligadas ao

Turismo Pedagógico como uma prática de educação política (REIGOTA, 2004), buscando evitar a sua “ecologização” pura e simples, ao mesmo tempo em que permita a reflexão crítica acerca das relações sociais que envolvem o cotidiano daqueles que habitam as imediações da localidade visitada.

É importante observar ainda que a realização de atividades de Educação Ambiental e de Turismo Pedagógico deva ser precedida da preparação do ambiente para a visita, adequando-o às necessidades dos usuários, tanto em termos da vivência socioeducativa, quanto do bem-estar do grupo e da comunidade receptora. Essa reorganização do espaço buscada não deve, porém, ser causa para a geração de impactos socioespaciais significativos para as comunidades locais.

Nesse sentido, serão apresentados nas linhas seguintes, os passos para a consolidação da proposta de transformação da Trilha das Três Torres em um local para a prática de atividades voltadas à Educação Ambiental e Turismo Pedagógico através da utilização de recursos interpretativos.

OS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA

O que hoje é a chamada Trilha das Três Torres resulta da abertura e posterior abandono de uma estrada rústica, sem pavimentação, com cerca de quatro quilômetros de extensão, construída no primeiro meado do século XX na encosta da serra da Bandeira e cuja função principal era servir de via para transporte do material necessário à construção do aeroporto de Barreiras, localizado a cerca de 450 metros de altura em relação à cidade, assentada no vale do Rio Grande. Com o passar do tempo e após a construção da via principal que dá acesso aos serviços aeroportuários, a antiga estrada teve a sua utilização restrita ao deslocamento de pessoas e, mais recentemente, às atividades esportivas, tais como *trekking* e *down hill*, praticadas por moradores locais.

Ambas as funções empregadas, aliadas às conseqüências da ocupação humana nas áreas próximas à trilha, tais como queimadas para abertura de espaços destinados ao cultivo de policultura de subsistência, extração de madeira para uso doméstico, caça de animais silvestres, deposição de lixo e lançamento de resíduos líquidos *in natura* nos córregos, têm gerado forte pressão sobre o ecossistema de Cerrado que caracteriza as feições paisagísticas da serra.

Os processos que geram implicações socioambientais, aliados à beleza cênica do local, com forte apelo para atividades socioeducativas e turísticas, levou à criação do Projeto Trilhas Serranas da Cidade de Barreiras, elaborado como parte do Programa Permanecer, da Universidade Federal da Bahia, e cujas ações estão assentadas no cumprimento de três etapas, como se verá a seguir.

Uma proposta em três passos

O projeto Trilhas Serranas da Cidade de Barreiras foi concebido a partir da idealização de trabalhos teórico-práticos em três etapas distintas, quais sejam: (a) Tomada de conhecimento sobre o objeto de estudo; (b) Diagnóstico socioeconômico e socioambiental e (c) Formulação da proposta de implantação da trilha interpretativa da natureza. Uma quarta etapa, que seria de implantação da proposta, não é contemplada no âmbito do projeto, já que pareceu claro ao grupo responsável pela sua realização, que essa é uma tarefa própria da municipalidade de Barreiras ou de um outro ente público, privado ou do Terceiro Setor que assim o decida.

No que concerne ao primeiro passo, de tomada de conhecimento do objeto de estudo, foram feitos levantamentos sobre a ocupação das vertentes das serras do Mimo e

da Bandeira e dos bairros que ali existem, definindo, a partir daí, a Trilha das Três Torres, localizada na segunda formação de relevo citada, como objeto de estudo para realização do projeto-piloto.

Em um momento posterior, foram realizadas visitas de observação não sistematizada com o grupo de trabalho, que percorreu toda a extensão da trilha, colhendo impressões sobre a mesma, familiarizando-se com o objeto a ser investigado.

As observações efetivadas revelaram a necessidade de compreender melhor as formas de uso e ocupação do solo no entorno da trilha, notadamente no Loteamento Santo Antonio, localidade onde o caminho tem início e cuja degradação se mostra já bastante consolidada.

Para tanto, aliados aos dados de 2000 e 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas sobre o setor censitário onde se localiza o referido loteamento, devem ser agregadas informações produzidas a partir da aplicação de questionários com vistas a traçar o perfil socioeconômico da população local, além da elaboração de um diagnóstico socioambiental de toda a trilha, considerando como parte integrante da mesma a localidade em exame e o seu entorno, permitindo aferir e entender as formas de relação cidade, natureza e sociedade no âmbito local, sendo este o segundo passo da proposta.

A investigação parcialmente realizada revelou que o Loteamento Santo Antonio, edificado como um conjunto de habitações sociais, concentra uma população de baixas renda e escolaridade, além de alto índice de pessoas desempregadas ou atuando em subemprego. Essa mesma população é, em sua maioria, responsável pelas principais implicações socioambientais verificadas na trilha e entorno, tais como deposição de dejetos sólidos, retirada de madeira e queimadas.

O terceiro passo, ainda em andamento, será concretizado a partir da obtenção definitiva das informações referentes ao objeto de estudo, ao perfil socioeconômico da comunidade que habita o loteamento e ao diagnóstico socioambiental, tornando-se possível vislumbrar a utilização da Trilha das Três Torres como instrumento para a realização de atividades socioeducativas, tais como Educação Ambiental e Turismo Pedagógico, através da sua transformação em uma trilha interpretativa da natureza.

Para tanto, serão desenvolvidos trabalhos específicos no sentido de identificar potencialidades e limitações, além da análise das seguintes necessidades/possibilidades:

- Dimensionamento da trilha quanto à forma, extensão e nível de declividade: determinar o tamanho da trilha, os trechos a serem efetivamente utilizados em função da acessibilidade e mobilidade possíveis;
- Implantação de sistemas de sinalização vertical e horizontal: escolha dos tipos de sinalização e materiais a serem utilizados, informações a serem divulgadas e os trechos onde as placas deverão estar localizadas;
- Implantação dos recursos de interpretação mais adequados: definição das seqüências paisagísticas, dos elementos para os quais as atividades socioeducativas serão desenvolvidas e dos tipos de recursos interpretativos a serem utilizados;
- Aproveitamento dos mirantes naturais: definição das formas de uso dos mirantes localizados ao longo do percurso em função da necessidade de compatibilização do nível de tolerância da área e o seu apelo cênico;
- Implantação da infra-estrutura de segurança e recepção: identificação das áreas de risco e implantação, quando necessário, de defensas, passarelas e corrimãos, além de uma área de recepção para os visitantes.

A elaboração do planejamento interpretativo se dará sob a aplicação da metodologia de Sharpe, citada por Pagani e outros (1999), que estabelece as seguintes etapas: (a) Determinação dos objetivos da trilha, o que, neste caso, diz respeito à prática de Educação Ambiental e Turismo Pedagógico; (b) Realização do inventário interpretativo, que consiste em quantificar e qualificar todos os cenários de interesse; (c) Análise das oportunidades interpretativas, que definirá as reais possibilidades de uso dos cenários identificados; (d) A síntese das etapas anteriores, como um processo de retroalimentação preliminar do plano; (e) Desenvolvimento do plano, que envolve todo o trabalho de planejamento efetivo das atividades a serem executadas; (f) Implantação do plano, momento de execução do planejado na etapa anterior; (g) Revisão e avaliação, um processo contínuo que visa perceber a necessidade ou não de mudanças na execução do plano.

Além disso, devem ser avaliadas as distintas possibilidades de uso da trilha, levando-se em consideração os perfis dos grupos de usuários potenciais e a necessidade de um mapeamento, priorizando a indicação dos locais de risco. Tais levantamentos podem, inclusive, revelar a necessidade de criar setores de usos diferenciados da trilha segundo os distintos perfis de usuários e possíveis riscos ligados às diferentes características existentes entre os grupos.

Esta proposta contempla ainda a realização de um estudo de capacidade de carga turística, levando-se em conta os aspectos primordiais definidos pelo *Bureau of Outdoor Recreation*, órgão do governo norte-americano (BUCHINGER, 1996), quais sejam: (a) capacidade dos recursos naturais existentes de suportar o uso; (b) capacidade de engenharia da infra-estrutura instalada; (c) qualidade desejada da experiência recreativa e (d) saúde pública e segurança social.

Segundo Buchinger (1996, pp. 112-114), levando em conta a definição desenvolvida pela Organização Mundial do Turismo (OMT), a capacidade de carga turística é:

un nivel umbral de desarrollo turístico o actividad recreativa, más allá del cual el medio ambiente se ve degradado (capacidad de carga ambiental), la infraestructura saturada (capacidad de carga física), o el disfrute de la experiencia vacacional del visitante disminuida (capacidad de carga sociocultural).

Como se pode perceber, a realização de um estudo de capacidade de carga turística permite determinar quais são os parâmetros de uso dos espaços turísticos, entre os quais, uma trilha. Com a definição de tais parâmetros, será possível implantar uma metodologia de monitoramento e administração do visitante, que, no caso da trilha em exame, estaria alinhada com a proposta intitulada Limite Aceitável de Câmbio (LAC), cuja aplicação se mostrou eficaz para as trilhas do Parque Nacional de Galápagos (WALLACE, 2002), uma das unidades de conservação mais visitadas da América Latina.

O Limite Aceitável de Câmbio define o nível de tolerância das localidades visitadas – estando, portanto, em consonância com a aplicação do estudo de capacidade de carga turística – e os parâmetros que definem a necessidade ou não de implantar meios que levem à mudança no comportamento do visitante, caso a sua presença exerça algum tipo de risco ao ambiente, inclusive para aqueles praticantes de modalidades esportivas em ambientes naturais, que devem obedecer formas apropriadas de uso e conservação dos locais visitados, como observado por Tonhasca Jr. (2003) na sua análise da prática do *trekking*.

O conhecimento acerca do nível de tolerância dos espaços a serem utilizados e das suas características físico-ambientais (obtido na etapa anterior), permitirá definir os

tipos das atividades a serem desenvolvidas para Educação Ambiental e Turismo Pedagógico sob uma lógica de impacto mínimo, bem como as formas de adequação da trilha – ou de trechos da mesma – para o usufruto de grupos distintos, segundo interesse, faixa etária e condições de acessibilidade.

Por outro lado, embora a implantação deste projeto deva exigir o mínimo em termos de construções, algumas delas serão necessárias, principalmente aquelas ligadas aos aspectos de segurança (defensas, corrimãos e passarelas), sinalização (vertical e horizontal), recursos interpretativos (placas e painéis) e recepção dos visitantes (guarita e portal). Assim, quando necessário, serão edificadas construções que estejam em consonância com os parâmetros das chamadas instalações ecoturísticas (ANDERSEN, 2002, p. 199), posto que, nas palavras do autor mencionado, “a sensibilidade do projeto de instalações construídas dentro dos frágeis limites da natureza deve revelar um forte elo com os princípios de conservação implícitos no ecoturismo e nos empreendimentos científicos e educacionais”.

Por fim, esta proposta deverá contemplar a participação efetiva da comunidade em todas as etapas de consolidação da trilha interpretativa da natureza, priorizando três situações-chaves:

- Realização de atividades de Educação Ambiental, incluindo ações de aprendizado para o acondicionamento e/ou descarte adequados dos resíduos produzidos, abolição da caça de animais silvestres, das queimadas e cortes de árvores;
- Aproveitamento dos saberes locais como forma de inserção econômica através da construção de toda a infra-estrutura necessária e da comercialização de produtos artesanais de caráter utilitário, ornamental ou gastronômico;
- Promover o envolvimento concreto da comunidade no processo decisório, tornando os seus membros protagonistas das transformações a serem promovidas.

Como princípio, a implantação desta proposta está condicionada à anuência e participação da comunidade que habita o Loteamento Santo Antonio. A hipótese de impor uma “solução” para o desenvolvimento socioeconômico local baseada no “turismo salvador” é impensável. Daí a necessidade de conciliar a proposta metodológica aos interesses coletivos daqueles que, de uma maneira ou de outra, sofrerão as influências de um processo de requalificação do espaço no qual habitam.

CONCLUSÃO

Atualmente, há profícuas discussões acerca da exequibilidade e do alcance social de projetos assentados na tríade Turismo, Educação e Desenvolvimento de Base Local. Tal situação tem exigido uma profunda reflexão sobre os caminhos para se atingir a plena satisfação de todos os envolvidos nessas modalidades de projetos.

Esta proposta, ainda em processo de elaboração, tem por finalidade a construção de uma metodologia para implantação de trilhas interpretativas da natureza nas vertentes das serras do Mimo e da Bandeira, em Barreiras (Bahia, Brasil), sob uma perspectiva de uso socioeducativo e turístico, convertendo-se, portanto, em uma contribuição para a reversão da tendência atual de ocupação e uso do solo nesses espaços, cuja característica mais marcante é a degradação ambiental, independente da classe social denotada pelo tipo de moradia construída.

No momento presente, o trabalho está centrado no desenvolvimento de um projeto-piloto na Trilha das Três Torres, localizada na vertente da serra da Bandeira e

cujos resultados, ao final, darão suporte para que a metodologia implantada seja replicada nos demais caminhos identificados como potenciais para as finalidades aqui explicitadas, ainda que as especificidades inerentes às diversas formas de ocupação nos bairros localizados nas encostas das serras devam ser consideradas.

Ao desafio de produzir um arcabouço metodológico que suscite a reestruturação das trilhas em exame através do aproveitamento da sua beleza cênica e dos recursos naturais para a realização de atividades socioeducativas e turísticas, somam-se dois outros, que dizem respeito (a) a conciliação do uso a uma perspectiva que garanta a geração de impacto mínimo nos ambientes visitados e (b) a inserção das comunidades que vivem nas cercanias das serras como protagonistas no processo decisório, bem como na própria implantação da proposta.

Nesse sentido, mais do que projetar meros espaços públicos para a realização de atividades socioeducativas e turísticas, esta proposta deverá converter-se em um veículo que incite a concretização de ações voltadas ao desenvolvimento de base local.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, Aziz Nacib (2003). *Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- ANDERSEN, David L. (2002). Uma janela para o mundo natural: o projeto de instalações ecoturísticas. In LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. (org). *Ecoturismo. Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, pp. 195-221.
- ANDRIOLO, Arley e FAUSTINO, Evandro (2000). Educação, turismo e cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. In RODRIGUES Adyr B. (org). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, pp. 164-178.
- AZEVEDO, Júlia (2002). Educação, turismo e enraização de propostas turísticas. In IRVING, Marta de Azevedo e AZEVEDO, Júlia (org.). *Turismo. O desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, pp. 167-183.
- BRASIL, República Federativa do (1970). *Bahia. Censo Demográfico 1970*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- _____ (2000). *Bahia. Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- BUCHINGER, Maria (1996). *Turismo, recreación y medio ambiente. Problemas y soluciones*. Buenos Aires: Universo.
- DIAS, Genebaldo Freire (1999). *Elementos para capacitação em Educação Ambiental*. Ilhéus: Editus.
- ELIAS, Denise (2006). Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In SILVA, J. B. da; LIMA, L. C. e ELIAS, D. (org.) *Panorama da Geografia Brasileira I*. São Paulo: Annablume, pp. 221-238.
- GAMA, Sônia V. G. (2007). O papel das trilhas em áreas protegidas: conservação ou degradação das UC's? A APA dos Tamoios e o Parque Estadual da Ilha Grande – Angra dos Reis (Rio de Janeiro - Brasil). In *Anales. XI Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Cd-rom. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- HAM, S. H. (1992). *Interpretación ambiental. Una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños*. Colorado: Fulcrum Golden.
- MURTA, S. M. e GOODEY, B. (2002). Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In MURTA, S. M. e ALBANO, C. (org). *Interpretar o*

- patrimônio*. Um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 13-46.
- PAGANI e outros (1997). As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In LEMOS, Amalia (org). *Turismo*. Impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, pp. 151-163.
- REIGOTA, Marcos (2004). *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense.
- TONHASCA JR., Athayde (2003). *Trekking*. São Paulo: Contexto.
- WALLACE, George N. (2002). A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. (org). *Ecoturismo*. Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, pp. 93-139.